



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

18 de Julho 2014



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

18 de Julho 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 18/07/2014
Assunto: Discriminação		Página: Online



PROJETO CRIA MATERIAL PEDAGÓGICO PARA O COMBATE DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

ONG idealizadora realizará seminários sobre racismo, Educação e atuação do conselho tutelar

Fonte: R7

Na noite desta quinta-feira (17), o CEERT (Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade) lança, em São Paulo, o projeto “Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente na promoção da igualdade racial”.

A iniciativa tem como objetivo mostrar como o Estatuto da Criança e do Adolescente pode ser usado pelas escolas e pelo conselho tutelar como instrumentos para o combate da discriminação racial na infância e adolescência e para a adoção de políticas igualitárias.

Como parte do projeto, será produzido um material pedagógico, digital e impresso, sobre a discriminação racial como grave violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, destacando medidas necessárias para o enfrentamento do problema.

Também serão realizados quatro seminários regionais e um nacional sobre discriminação racial na infância, educação e atuação do conselho tutelar. Além disso, será desenvolvido um ambiente virtual para a realização de um curso à distância sobre discriminação racial na infância, educação e atuação do conselho tutelar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 18/07/2014
Assunto: Alfabetização		Página: Online



APENAS 30% DOS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL SABEM LER E ESCREVER

No interior de SP, alunos que deveriam estar alfabetizados cometem erros grosseiros. Para professores, falta estrutura nas escolas e apoio em casa

Fonte: Bom Dia Brasil

Problemas no ensino público. Segundo o último levantamento do movimento Todos Pela Educação, apenas 30% dos alunos do terceiro ano do ensino fundamental sabem ler e escrever. No interior de São Paulo, o estado mais rico do país, o Bom Dia Brasil encontrou erros grosseiros de estudantes que já deveriam estar alfabetizados.

“O memo está lá dá a mãos”. Parece até outra língua, mas o que a professora lê é um trabalho feito por um aluno de 11 anos, que está na quinta série do ensino fundamental. “Essa atividade era para os alunos descreverem as figuras. Um garotinho tomando banho, uma criança lavando as mãos”, explica Elisângela Sacomani, pedagoga.

Em outro exercício, as palavras incompreensíveis na verdade significam apontador, tesoura, cola e giz. Quem escreveu foi um aluno da sexta série, que deveria estar na oitava.

O Plano Nacional de Educação, sancionado pela presidente Dilma Rousseff, para os próximos 10 anos, determina que as crianças aprendam a ler e escrever até o fim do 3º ano do ensino fundamental, que é quando elas estão com 8 ou 9 anos de idade. O último levantamento do movimento Todos Pela Educação revelou que apenas 44% desses alunos dominavam a leitura e 30%, a escrita.

“Para recuperar essas crianças que já passaram da fase correta de alfabetização não tem outro caminho que não uma política pública de reforço para essas crianças. Então, não é algo que o professor sozinho da turma do quinto ano consiga resolver sem um apoio”, comenta Ricardo Falzetta, gerente do Todos Pela Educação.

Para a Associação dos Professores do estado de São Paulo, falta estrutura nas escolas e apoio em casa. “A família não cumpre seu papel. A escola também não tem condição de cumprir o seu papel, porque ela está atrelada a um sistema que é falho. Então, é



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

uma situação muito complicada”, ressalta Alaíde Nicoleti Pinheiro, da Associação dos Professores de SP.

O Ministério da Educação reconheceu as falhas no processo de alfabetização e informou que desenvolve uma série de programas para corrigi-las. “Temos problemas, sim, na alfabetização. Nós estamos trabalhando fortemente para rever, atualizar a política curricular brasileira e qualificar a formação de professores”, afirma Maria Beatriz Luce, secretária de Educação Básica do MEC.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 18/07/2014
Assunto: Recursos		Página: Online



COMISSÃO APROVA RECURSOS DO PRÉ-SAL PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO

Objetivo é canalizar ainda mais recursos especificamente para a saúde pública infantil e a Educação Básica

Fonte: Jornal do Senado (DF)

Projeto que beneficia a saúde e a Educação básica pública com recursos provenientes da exploração de petróleo e gás da camada pré-sal (PLS 280/2013) foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Apesar de a lei já direcionar, de forma genérica, as verbas do Fundo Social para a Educação e a saúde, os autores pretendiam canalizar ainda mais recursos especificamente para a saúde pública infantil e a Educação básica.

A proposta, de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES), destina para o Fundo Social, instituído pela Lei 12.351/2010, a totalidade dos recursos arrecadados com os bônus de assinatura (taxa cobrada pelo governo para autorizar o consórcio vencedor do leilão a operar no pré-sal).

O relator na CAS, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), apresentou emenda para retirar a destinação de recursos para investimento exclusivo na saúde das crianças. Segundo a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990), a epidemiologia é que deve ser utilizada para o estabelecimento de prioridades. Para o senador, destinar recursos exclusivamente para a saúde infantil poderia engessar o orçamento do SUS. O projeto agora vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 18/07/2014
Assunto: Professor		Página: Online



OPINIÃO: VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

"Com o atual 'rendimento médio' de nossos educadores, ninguém quer seguir uma carreira tão desvalorizada profissionalmente", afirma Adilson Rosa

Fonte: Diário de Cuiabá (MT)

O Plano Nacional de Educação é uma lei em vigor que prevê a aplicação de 10% do PIB na Educação, dinheiro que não é pouco. Como somos campeões mundiais da "Educação no papel", o difícil será colocar na prática o que foi aprovado e assinado pela presidente Dilma. A mais espinhosa e ambiciosa é a meta 17. Ela prevê a valorização do magistério público da Educação básica – Ensino fundamental e médio. Valorização é uma palavra ampla irrestrita e também irreal.

Assim prossegue a meta 17. "O rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de Escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com Escolaridade equivalente". Mais bonito no papel impossível. Como pagar um salário digno para o Professor que tem pós-graduação?

São palavras que dão ampla interpretação, pois "rendimento médio" não é piso nem teto. Além disso, "demais profissionais equivalentes" também é amplo demais. Claro que os governadores vão levar em conta no momento de "valorizar" o Professor. Se levarmos em conta que até o ano passado havia cinco governadores – Mato Grosso fora – que questionavam no STF o Piso Nacional dos Professores. Os ministros da Suprema Corte não só deram como legal como também passaram um sabão nos governadores ironizando os argumentos.

Os gestores municipais conseguiram também mudar o índice de reajuste do piso. Tanto que, de 22% em 2012, o aumento foi de pouco mais de 8% no ano passado, uma forma clara e explícita de desvalorização da carreira do Professor.

Essa desvalorização está nos números oficiais. Embora defasado, o Censo Escolar de 2009 apontava que 1,97 milhão de Professores que atuam hoje nas salas de aula do país, 32% não possuem formação em nível superior. Dos que têm diploma universitário, há ainda 62 mil não licenciados.

Evidente com o atual "rendimento médio" de nossos Educadores, ninguém quer seguir uma carreira tão desvalorizada profissionalmente. Se o salário fosse parecido com do Distrito Federal – piso de R\$ 4.300 e teto de R\$ 8 mil -, a situação é outra. O PNE está aprovado. Se será cumprido, isso já é outra conversa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 18/07/2014
Assunto: Resultados		Página: Online



OPINIÃO: EDUCAÇÃO E PRODUTIVIDADE

"Educação e pesquisa de qualidade geram novos conhecimentos, que, por sua vez, geram novas tecnologias, processos, negócios e produtos", afirma Ronaldo Gusmão

Fonte: Estado de Minas (MG)

Para que possamos levar metade da população ainda vulnerável a um padrão aceitável de qualidade de vida, o Brasil precisará de um crescimento médio anual de 4,2% do PIB até 2030, segundo especialistas. Uma meta factível se triplicarmos o crescimento da produtividade de forma sistêmica e generalizada. Mas, para aumentarmos a produtividade, precisamos produzir novos conhecimentos, desenvolver e empregar muita tecnologia. E, para isso, é necessário ter Educação e pesquisa de qualidade. Os países que se desenvolveram mais rapidamente nas últimas décadas foram os que mais qualificaram sua força de trabalho.

O Brasil é perfeitamente capaz disso. Desenvolvemos dois setores bem distintos: o agrícola e o aeroespacial, que hoje são altamente competitivos, principalmente devido à ênfase dada a pesquisa e desenvolvimento no passado, que continuam com muito investimento ainda hoje. Neste mundo globalizado e altamente conectado, precisamos atrair mais os talentos estrangeiros. Pasmem! O Brasil tinha, no início de 1900, 5% da força de trabalho de estrangeiros. Hoje, um século depois, temos somente 0,5%. Devemos não só atrair os estrangeiros, mas principalmente oferecer condições para que os brasileiros que estão no exterior tenham um vínculo maior com as instituições brasileiras, elevando, assim, o nível de qualificação de nossos profissionais e, conseqüentemente, de nossa produtividade.

Para o país tornar-se competitivo, é necessário que suas empresas e organizações sejam competitivas, e, para isso, é necessário que seus colaboradores sejam profissionais competitivos, que, por sua vez, só o serão se forem qualificados e produtivos. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostrou que a produtividade do trabalhador na indústria brasileira caiu de 30% para 20% se comparado ao trabalhador da indústria norte-americana nos anos de 1973 a 2004. Hoje, um trabalhador norte-americano produz o equivalente à produção de cinco brasileiros, por um mesmo período. E somente com Educação poderemos reverter esses números. Educação e pesquisa de qualidade geram novos conhecimentos, que, por sua vez, geram novas tecnologias, processos, negócios e produtos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação, aprovado recentemente no Congresso Nacional, deu ênfase ao aumento progressivo no investimento do setor público. O objetivo é chegar a 10% do PIB em 2024. Outra meta importante e ambiciosa é a de formar 60 mil mestres e 25 mil doutores por ano.

A pesquisa de inovação tecnológica (Pintec), realizada pelo IBGE e divulgada no final de 2012, mostrou que, entre as 128,68 mil empresas pesquisadas, somente 35,6% haviam sido inovadoras. Essas empresas empregavam nas atividades internas de pesquisa e desenvolvimento somente 11 mil profissionais pós-graduados. Mostrou também que a falta de pessoal qualificado era um gargalo para o avanço da inovação em 72,5% das empresas.

O Ietec, referência em Educação no setor de engenharia há 27 anos, irá contribuir com essa meta na formação dos mestres, com o mestrado em engenharia e gestão de sistemas e processos. A união da engenharia com a gestão vem colaborar significativamente para o desenvolvimento do país. O Brasil tem cerca de 668 mil engenheiros registrados nos conselhos de engenharia e agronomia, e, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), desses, somente 28% exerciam efetivamente a função típica de engenheiro. Onde estão os outros? Grande parte está exercendo cargos de gestão, e outros estão na área de pesquisa e desenvolvimento.

Precisamos proporcionar a união da teoria acadêmica avançada dos pesquisadores com a prática profissional dos engenheiros, administradores e outros profissionais de ciências sociais e da terra, formando, assim, profissionais com base conceitual sólida associada à necessidade empresarial. A formação ideal do profissional é a combinação de uma base ampla de conhecimento matemático teórico com know-how prático. Educação e produtividade, com mais mestres, para um Brasil mais próspero e justo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 18/07/2014
Assunto: Fies		Página: Online



Congresso promulga MP que libera R\$ 4,9 bilhões para o Fies

O Congresso Nacional promulgou Medida Provisória (MP) 642/14 que abre crédito extraordinário de R\$ 5,1 bilhões no orçamento em vigor. A maior parte (R\$ 4,9 bilhões) é destinada ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Segundo o Executivo, o recurso garantirá a concessão de financiamento a estudantes do ensino superior não gratuito, em razão de novas operações contratadas e da necessidade de cobrir as renovações semestrais dos contratos de financiamento já formalizados.

O crédito restante (R\$ 200 milhões) destina-se ao Ministério da Defesa. O dinheiro é reservado ao governo do Rio de Janeiro e dará condições adequadas ao emprego das Forças Armadas para garantia da lei e da ordem no estado.

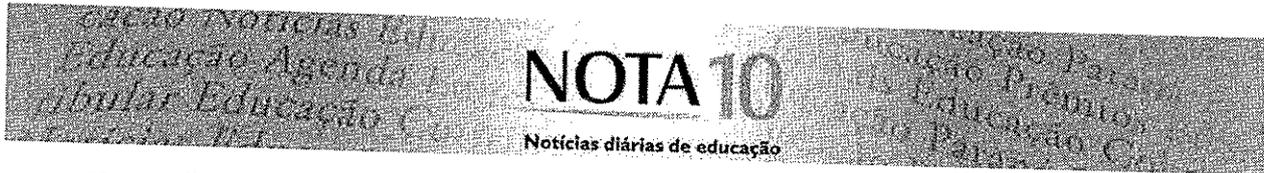
Esses recursos vão contemplar, por exemplo, a região do Complexo da Maré (Operação São Francisco), em face dos recentes ataques às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), desencadeados por organizações criminosas instaladas no local.

A MP foi aprovada sem alterações, por isso, foi promulgada pelo Congresso (Lei 13.012/14), sem necessidade de sanção.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 18/07/2014
Assunto: Piso		Página: Online



Projeto obriga União a ajudar a pagar piso de professores

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 7656/14, do deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), que obriga o governo federal a repassar dinheiro a estados e municípios que não consigam pagar o piso salarial nacional dos professores da educação básica, fixado hoje em R\$ 1.697.

A proposta, que altera a Lei 11.738/08, também determina que a União transfira os recursos em tempo hábil para permitir o cumprimento integral do piso, sem atrasar os salários.

Atualmente, o governo ajuda os estados e municípios a custear o piso, mas os repasses, que não são obrigatórios, limitam-se aos recursos do fundo destinado à manutenção da educação básica.

Para Vieira da Cunha, ao obrigar a complementação em tempo hábil, o piso dos professores poderá ser cumprido. "Garantiremos, de fato e de direito, o piso salarial nacional, valorizando os profissionais do magistério e, conseqüentemente, a própria educação", afirma.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 18/07/2014
Assunto: Pesquisa		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Maioria das escolas públicas não tem acessibilidade nem rede de esgoto

*Metade também não conta com internet, revela Censo Escolar 2013.
'É preciso que haja política de desenvolvimento social por inteiro', diz MEC.*

Escolas sem acessibilidade, sem rede de esgoto, sem quadra de esportes e biblioteca, sem laboratórios de ciências e informática. Essa é a realidade de mais da metade dos colégios públicos do país, segundo dados do Censo Escolar 2013, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Levantamento feito a pedido do G1 pela Fundação Lemann e pela Meritt, responsáveis pelo portal QEdu, mostra a desproporção entre as escolas públicas e privadas no que diz respeito à infraestrutura no Brasil. Na metade dos colégios públicos, por exemplo, não há acesso à internet. Já na rede particular, o número de escolas com computadores conectados chega a quase 90% (veja na página especial a comparação por cidade).

Os dados mostram que só 36% das escolas públicas têm esgoto encanado hoje – mais da metade delas contam apenas com uma fossa –, e 7% das instituições mantidas pelos governos não têm nenhum tipo de estrutura para lidar com os resíduos sólidos. Trata-se de uma enorme diferença em relação às particulares. Na rede privada, só 17% das escolas não contam com o serviço de esgoto encanado.

Para a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Maria Beatriz Luce, os números do Censo expõem vários desafios no setor. “Os dados revelam claramente o contexto histórico-social do direito à educação e das responsabilidades e instrumentos da ação pública no setor. Mas eles não dizem respeito somente à educação, eles revelam as estruturas das desigualdades sociais no nosso país. Se há escolas que não têm esgoto nem internet, é provável que as residências no seu entorno também não tenham. Então é preciso tratar de uma política de desenvolvimento social por inteiro”, afirma.

Ernesto Martins Faria, coordenador de projetos da Fundação Lemann, diz que é preciso levar em conta que o contexto em que as redes privada e pública estão inseridas é completamente diferente. “A escola pública precisa atender crianças e jovens independentemente da região em que moram e das condições de sua localização, enquanto a escola privada existe quando há um interesse de um ofertante que vê uma demanda disposta a investir uma quantia financeira no ensino de seus filhos. Não por acaso são poucas as escolas privadas na rede rural”, diz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para ele, não é a defasagem em comparação com a rede privada que mostra a necessidade de a infraestrutura do ensino público melhorar. “A infraestrutura da rede pública precisa melhorar, pois boas condições para a aprendizagem são direitos dos alunos.”

Deficiências

Uma análise feita pelo G1 nos principais quesitos mostra, entretanto, que as deficiências não têm sido supridas ao longo dos anos. De 2010 a 2013, o percentual de escolas públicas com bibliotecas foi de 27% para 29%. Já a porcentagem de colégios com rede de esgoto subiu de 33% para 36% apenas.

Para Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, há hoje dois desafios latentes: a aquisição de insumos infraestruturais e a manutenção deles. “No caso das escolas públicas, depende do orçamento público. Muitos estados e municípios não têm orçamento suficiente. Então é preciso apoio da União. Aliás, é isso o que diz a Constituição Federal e não é cumprido. Além disso, a União não pode se notabilizar por adquirir equipamentos e depois não colaborar com a manutenção dos mesmos. Não falo apenas deste governo, falo deste e de todos os anteriores”, diz.

Existem hoje no país 38.835 escolas privadas e 151.871 escolas públicas, totalizando 190.706 instituições de ensino básico.

Discrepâncias

O percentual de escolas com biblioteca nas duas redes de ensino é um exemplo da discrepante oferta de serviços. Só 29% das públicas contam com o espaço. Já na rede privada, 59% das instituições possuem um espaço com acervo de livros para consulta.

Maria Beatriz diz que o problema nas instituições públicas é a falta de uma sala específica para tal fim. “Livros chegam a todas as escolas. O que às vezes não há é um espaço próprio. Algumas escolas rurais contam com apenas um ambiente, então não há nem espaço físico para uma biblioteca. O que a gente tem tentado fazer é colocar uma biblioteca dentro das salas de aula, para o aluno poder pegar o livro a qualquer hora. Há outros projetos interessantes, de bibliotecas ambulantes, por exemplo.”

Em relação à acessibilidade, tanto as escolas públicas quanto as privadas ficam devendo. Apenas 19% das públicas e 31% das privadas oferecem aos deficientes acesso adequado às suas dependências.

A secretária de Educação Básica ressalta que, apesar do índice baixo, houve um aumento de 61% em três anos no número de escolas acessíveis. “É algo fantástico, porque mostra uma conscientização da sociedade, que há uma política de inclusão escolar, levando às escolas crianças que antigamente eram isoladas do convívio com outras.”

Em relação à internet nas escolas públicas, Maria Beatriz diz que a meta é que todas contem com o serviço, mas que há barreiras a transpor antes disso. “Às vezes não há nem eletricidade, que é o caso de muitas escolas rurais. Então o Ministério da Educação está trabalhando em um projeto com



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

o Ministério de Minas e Energia para dar prioridade de acesso de energia, à medida em que as redes vão avançando pelo campo, às escolas”, diz, citando que em alguns colégios na Amazônia há iniciativas de acesso à web por meio de placas solares.

Quantidade x qualidade

Segundo o pesquisador Renan Pieri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), as escolas só precisam preencher no formulário do Censo se possuem ou não um equipamento e, por isso, os dados não revelam em que estado se encontram essas infraestruturas. “A maior parte das variáveis diz se a escola tem ou não tem alguma coisa, mas não diz nada sobre a qualidade. Assim, pode ser ainda que essas escolas que possuem maior disponibilidade de recursos também possuam infraestrutura de melhor qualidade, o que aumenta ainda mais a desigualdade nas condições de ensino”, afirma.

Dentro do próprio universo da rede pública, é possível perceber diferenças significativas tanto na oferta como na qualidade. Só 2% das escolas municipais têm um laboratório de ciências, por exemplo, contra 29% das estaduais e 72% das federais.

“Essa diferença também se manifesta geograficamente, sendo que as escolas rurais possuem disponibilidade de infraestrutura muito inferior às urbanas. Tal relação se explica pelo fato de parte significativa das escolas rurais serem municipais. A disponibilidade de infraestrutura em uma escola estadual está bem mais próxima da privada do que a municipal”, diz Pieri.

Segundo Ernesto Faria, da Fundação Lemann, os dados de infraestrutura escolar ilustram “dois Brasis”: o Brasil urbano e o Brasil rural. “O rural está em condições muito piores, e é preciso olhar mais para ele. Muitas comunidades rurais estão em áreas de infraestrutura precária, e os dados de rede de esgoto e acesso à internet são reflexo dos problemas locais”, diz o economista.

Maria Beatriz concorda que é preciso refletir sobre os dados levando em consideração a localização e as mantenedoras dos colégios. Segundo ela, uma leitura por outro viés mostra ainda que a educação infantil, com creches em estado crítico, é a que precisa de mais infraestrutura.

“O que a gente tem feito para auxiliar os municípios é dar a eles um projeto arquitetônico básico de uma escola, com todas as especificações, com uma quadra de esportes ou espaço para recreação, salas adequadas. A prefeitura tem que entrar apenas com a área já terraplanada. Até empresas já qualificadas a gente tem para atender as demandas das localidades, que têm dificuldade de fazer um processo de licitação”, afirma a secretária do MEC. Segundo ela, há hoje 6,7 mil escolas de educação infantil em construção.

De acordo com os números do Censo, as escolas públicas (inclusive as rurais) só superam as particulares em um item: alimentação. Segundo os dados, 100% das escolas municipais, estaduais e federais fornecem uma refeição aos estudantes (ante 29% das privadas). Isso acontece, no entanto, porque a merenda escolar na rede pública é obrigatória por lei.

Índice de infraestrutura

O pesquisador Renan Pieri defende a criação de um índice de infraestrutura escolar, além de um para analisar a formação dos professores. “A ideia é sintetizar todas essas informações do Censo (só



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

no caso do indicador de infraestrutura são mais de 25 variáveis) em indicadores simples que qualifiquem a divulgação dos índices de qualidade da educação. Assim, quando saírem a ANA [Avaliação Nacional de Alfabetização] ou o Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] será possível entender quais fatores explicam algumas escolas terem melhor desempenho que outras e separar o que é devido a diferenças de infraestrutura ou qualificação dos docentes e o que é devido às boas práticas e ideias inovadoras que os gestores têm adotado”, diz.

O Censo Escolar é realizado todos os anos e coleta, além de dados sobre a infraestrutura dos estabelecimentos, números de matrículas e estatísticas de abandono e de rendimento escolar. Neste ano, o Inep iniciou a coleta no último dia 28. Ela deve ser feita até o dia 15 de agosto.

Segundo o instituto, as informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos.

“É necessária uma política de cooperação federativa para combater as desigualdades, aprimorar as condições e induzir um padrão nacional de qualidade nas escolas, não importando se ela é privada, municipal, estadual ou federal”, afirma Maria Beatriz Luce. “O quadro não é satisfatório. Há uma insuficiência da estrutura, que evidencia o baixo valor secular dado à educação. Mas o MEC tem trabalho cada vez mais, investindo também na gestão da educação, com a qualificação de diretores e a formação de professores”, conclui.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Cidade	Data: 18/07/2014
Assunto: Educação		Página: 12

A NOTÍCIA

Educação infantil terá plantão no recesso escolar

Três centros de educação infantil farão o acolhimento de 422 crianças em regime de plantão entre os dias 21 e 25 de julho, durante parte do período de recesso da rede escolar.

As unidades selecionadas para receber os alunos são: Amandus Finder (Jardim Iririú), 160 crianças; Espaço Encantado (Bucarein), 158; e Jorge Luiz Vanderwegen (Itaum), 104.

A Prefeitura vai disponibilizar uma equipe específica de professores e outros funcionários para atender as crianças. Neste período, a Secretaria de Educação vai de-

envolver o Projeto Tempo de Brincadeira com os pequeninos.

Todos os GEIs entram em recesso a partir de 26 de julho. As atividades retornam em 4 de agosto. Quem ainda tiver dúvidas pode entrar em contato com a Secretaria de Educação pelo telefone 3431-3000 ou com os próprios CEIs: (3464-2906 (Amandus Finder); 3423-1678 (Espaço Encantado); e 3426-5774 (Jorge Luiz Vanderwegen).

Os estudantes das demais escolas da rede municipal entram em recesso entre os dias 21 de julho e 1º de agosto. As aulas serão retomadas também no dia 4 de agosto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 18/07/2014
Assunto: Analfabetismo		Página: Online



Mário Motta: São José recebe Selo Município Livre do Analfabetismo

Taxa de alfabetizados da cidade é de pouco mais de 96%

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) concedeu à Secretaria Municipal de Educação de São José o Selo Município Livre de Analfabetismo. A cidade atingiu mais de 96% de alfabetização e, com este documento, o MEC reconhece o esforço realizado, principalmente, com jovens e adultos acima de 15 anos.

O estudo do MEC foi feito com base nos dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Para ser reconhecido como livre do analfabetismo, o município precisa ter um índice de mais de 96% de alfabetização.

No Brasil, o percentual de analfabetos é de 9,6% e, em Santa Catarina, este índice é de 3,8% entre a população acima de 15 anos.